



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA - NPGeo



“30 ANOS DE CONTRIBUIÇÃO À GEOGRAFIA”

São Cristóvão, 29 e 30 de Agosto de 2013.

## SUBORDINAÇÃO E APROPRIAÇÃO DA RENDA DA TERRA NA UNIDADE DE PRODUÇÃO FAMILIAR

Mestre: **Manoel Pedro de Oliveira Junior**

NPGeo/Universidade Federal de Sergipe

Grupo de Pesquisa: Estado, Capital, Trabalho e as  
Políticas de Reordenamentos Territoriais

Email: [pedrinhogeoufs@hotmail.com](mailto:pedrinhogeoufs@hotmail.com)

Orientadora: **Alexandrina Luz Conceição**

Líder do Grupo de Pesquisa: Estado, Capital, Trabalho e as  
Políticas de Reordenamentos Territoriais

Email: [aluz@oi.com.br](mailto:aluz@oi.com.br)

O presente resumo é parte da dissertação já defendida de mestrado intitulada: A Sujeição da Renda da Terra Camponesa sob a orientação da Professora Dr<sup>a</sup> Alexandrina Luz Conceição no Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe. Nosso objetivo foi analisar o processo de sujeição da renda camponesa através da monopolização da terra pelo capital no município de Riachão do Dantas/SE. A pesquisa foi fundamentada no método materialista histórico-dialético que permitiu verificar as contradições na qual se inscreve a produção familiar camponesa a partir dos mecanismos de apropriação da renda terra sob a lógica capitalista, particularmente através do programa de financiamento da produção – PRONAF, da utilização de insumos agrícolas (pesticidas, adubos, tratores) e das relações de comercialização da produção agrícola, que a unidade de produção familiar estabelece com variados sujeitos.

A compreensão do método do materialismo histórico e dialético foi fundamental para o desenvolvimento da nossa pesquisa. Este método tem como pressuposto a análise crítica da realidade a partir da unidade das contradições e da leitura da totalidade das relações sócio-espaciais. Portanto, é a realidade conflituosa e contraditória da sociedade capitalista que merece ser lida e pensada.

Desenvolvemos nossa pesquisa a partir da análise das formas que o tripé capital-Estado-trabalho, em sua relação tridialética, se auto-produzem e auto-desenvolvem produzindo espaços a partir de interesses antagônicos. Transformando esses espaços em

“territórios em disputa” onde, de um lado, encontra-se “a classe daqueles que usam a terra para extrair a renda e lucro, e produzir dominação política; e do outro, a classe dos camponeses que da terra precisa para viver” (PAULINO & ALMEIDA, 2010 p. 58). Para compreender esse processo, foi fundamental a leitura sobre a unidade de produção camponesa, tendo como realidade o município de Riachão do Dantas, localizado no Território do Centro-Sul de Sergipe.

A área de realização da pesquisa é marcada por grande relação de integração entre produtores familiares camponeses e grupos industriais que veem na monopolização do território uma forma de aumentar seus lucros através da sujeição da renda da terra camponesa. Esse fato é relevante por engendrar uma série de relações entre o trabalho e o capital. Como exemplo desta vinculação, temos: a produção de laranja e do abacaxi, para atender a indústria de suco; a produção de pimenta e outros produtos industrializados pelo Maratá e o fumo para atender as indústrias (Fumo Rocha e Maratá Fumo). A leitura da realidade permitiu verificar a relevância da unidade de produção familiar camponesa e sua resistência diante dos mecanismos de sujeição da renda da terra, particularmente a partir da expansão do modelo da modernização da agricultura e da mundialização financeira.

Neste sentido, as categorias de análise da Geografia – Espaço e Território – foram o nosso suporte de análise. Espaço entendido na concepção crítica, logo, compreendendo-o como “espaço produzido no processo de determinação histórica das relações capital e trabalho” (CONCEIÇÃO, 2005 p. 169), que nos permitiu, perceber a inserção dos sujeitos aí envolvidos nas relações mais amplas estabelecidas entre capital e trabalho, ou seja, a totalidade das relações que os envolvem na dinâmica sócio-espacial na área de cultivo do abacaxi, fumo e pimenta. Por sua vez, a categoria território foi fundamental por permitir a apreensão de que a espacialização do capital está baseada sob antagonismos e contradições, já que “a espacialização da miséria se territorializa a partir das relações de poder, de domínio dos fluxos de mercado, que são controlados por quem domina o afluxo de capitais” (CONCEIÇÃO, 2005 p. 169)

A essência do capital é a alienação do trabalho para a extração da mais-valia, o que só é alcançado com a grande indústria através da separação do trabalhador (de sua força de trabalho) dos meios de produção, por isto é o assalariamento a relação social de trabalho típica da sociedade do capital. Todavia, no campo, o capital encontra duas possibilidades para acumulação do valor: a territorialização e a monopolização do território. Com estas possibilidades, contraditoriamente, o capital apropria-se do valor-trabalho em sua forma mais-valia e renda da terra.

Na agricultura, particularmente na área de realização da pesquisa, encontramos relações sociais de produção nãocapitalistas, ratificando que o capitalismo tornou-se um modo universal de extração da riqueza – por vias capitalistas de produção e, quando não, por vias nãocapitalistas como ocorre com os produtores familiares camponeses. O capital produz e reproduz essas relações sociais de produção, extraindo renda que será capitalizada, sem a necessária expropriação dos trabalhadores camponeses de seus meios de produção. Depreende-se daí que, o que seria essencial para a reprodução do capital, a separação do trabalho dos seus meios de produção, para sujeitá-los de forma real, não é a única condição de acumulação do valor.

Ocorre à apropriação da renda produzida pelos camponeses sem a necessária expropriação de sua terra, esse mecanismo de apropriação da riqueza sem alienar o trabalho deve-se à sujeição da renda da terra ao capital, pelo fato de que na agricultura, as forças hegemônicas do capital atuam não no sentido da destruição da agricultura familiar camponesa, mas a partir da inserção da unidade familiar na lógica do mercado as personificações do capital apropriam-se da renda dificultando a reprodução familiar. Processos que se intensificam a partir da flexibilização e desregulamentação dos mercados financeiros e das Políticas Públicas que viabilizam a subordinação da unidade produtiva para a apropriação da renda da terra. Diante de variados mecanismos que se apropriam de renda o campesinato encontra meios de resistência que garantem a recriação, mesmo através da monopolização da terra. Mostram como, a partir da unidade entre terra – trabalho familiar encontram variados mecanismos para resistir aos avanços do capital.

## **EIXO TEMÁTICO: Agrária**

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CONCEIÇÃO. Alexandrina Luz. **A Geografia do espaço da miséria**. In: Scientiaplena, Vol. 1, Nº 6 páginas: 166 a 170, 2005.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Terra e Território: a questão camponesa no capitalismo**. Eliane Tomiase Paulino, Rosimeire Aparecida de Almeida. 1ª ed – São Paulo, Expressão Popular, 2010.